

Emenda define recursos para ensino básico

Porto Alegre — O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, detalhou ontem a emenda constitucional do Governo que será enviada ao Congresso no dia 15 de outubro, para redistribuição dos recursos obrigatórios para a educação, 25% dos estados e 18% da União. Obrigatoriamente, 15% desses totais serão aplicados no 1º grau. O bolo de recursos será redistribuído entre estados e municípios conforme o número de alunos de 1º grau que possuírem. Esta decisão foi tomada diante do quadro dramático de quatro milhões de crianças fora das escolas de 1º grau.

Nas normas gerais a serem cumpridas por estados e municípios, sem o que não receberão os recursos, será obrigatória a aplicação mínima de R\$ 300,00 por aluno/ano no 1º grau, com compromisso da União de completar esse valor nos estados e municípios que não tiverem condições. Também haverá vinculação de 50% a 60% do total de recursos para pagamento de professores.

“O Governo não implantará nenhum piso nacional de professores, até pelo risco da média rebairrar o valor”, disse o ministro.